

A IDEIA NACIONAL NO PERÍODO MODERNISTA PORTUGUÊS

Nuno Júdice

O tema da Nação, em Portugal, está viciado por um século de leituras a preto e branco, em que nação funcionou como o pólo catártico de exaltações alternadamente positivas e negativas, conotadas ora com a direita ora com a esquerda. Foi em 1890, com a crise provocada pelo ultimato inglês a Portugal acerca da definição do mapa cor-de-rosa, que a nação surge, personificada na Pátria, como a bandeira dos republicanos, tornando-se o motor de um movimento revolucionário que terminará com o regicídio de 1908 e o derrube da monarquia em 1910. Dois homens contribuem para formar essa imagem dupla, a nação-pátria, o conceito abstracto e a entidade física: Oliveira Martins e Guerra Junqueiro. Martins opõe a nação e o interesse nacional à dinastia dos Braganças, reinante desde a Restauração da independência, em 1640; Junqueiro, nos seus poemas «Finis Patriae» e «Pátria» dá forma épica a essa visão do historiador, deformada pelas lentes do positivismo, ao apresentar a Pátria como uma figura agonizante que só a «Mocidade das escolas» poderá redimir, lutando contra a inércia do povo e a indiferença do Rei. O triunfo da República vai dar forma a essa visão no hino, herdado da crise do Ultimatum, que fala dos «Heróis do mar, nobre povo,/Nação valente e imortal», numa fórmula que acrescenta à dupla nação/pátria um protagonista masculino: o povo.

É esta trindade que, para o bem e para o mal, sobretudo para o mal, irá dominar o nosso século XX. No entanto, nação tem, desde o início, uma marca que vai provocar a desconfiança dos seus utilizadores naturais, que seriam os políticos: é que o seu nascimento, como conceito operativo no domínio da teoria da História, traz o selo do pessimismo. Pessimistas, com efeito, são os grandes historiadores do século XIX, de Herculano a Oliveira Martins, no sentido em que atribuem a Portugal duas grandes fases: a da Expansão, que culmina no século XVI; e a da decadência, que nasce, segundo Antero de Quental, da vinculação do país à reforma tridentina, talvez mais do que da perda da independência em 1580, depois da derrota do sonho imperial de D. Sebastião.

Será por isso que o salazarismo, que de ingénuo nada tinha, prefere ao de nação o conceito de pátria, recuperando a conotação épica que Junqueiro lhe havia dado; e que à trindade nação-pátria-povo prefere a trilogia Deus-Pátria-Família, lançada nos primeiros anos do corporativismo. De facto, há uma desvalorização da ideia de nação que virá da sua excessiva conotação a povo, ou seja, a uma entidade colectiva que está mais ligada a um projecto de esquerda do que à doutrina da direita; em oposição, Pátria, pelo seu lado personificado, capaz de vestir a pele de vários heróis ou figuras míticas da História ideológica do Estado Novo – Nuno Álvares Pereira, o infante D. Henrique, Camões, Mouzinho de Albuquerque, etc. – tem uma função plástica que vai, de modo natural, ao encontro da gesta narrativa que está por detrás dos grandes movimentos reaccionários deste século.

Entre o fim do século XIX – essa geração dos homens de 1890, autodesignados como os «vencidos da Vida» pelo lado displicente e desencantado como produziram esse corpo ideológico sem aplicação possível num período de conformismo burgês e relativo progresso económico – e a década autoritária de 30, a cultura portuguesa vai sofrer alguns abalos profundos, ainda que a sua importância só recentemente tenha começado a ser dimensionada. Um desses abalos é o que resulta da afirmação da geração de «Orpheu», criando o Modernismo português no período que vai, nos seus limites mais latos, de 1912 até 1925 (o início da colaboração de Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro na revista portuense «Águia» e a publicação da revista «Athena»).

Sem dúvida, é o carácter sistemático e teórico da obra desta geração, sobretudo no que respeita a Fernando Pessoa, mas também a outros membros do grupo modernista, como Almada-Negreiros, que

vem dar um contributo pela afirmativa para a definição de uma nova imagem de Nação. Esta surge como rejeição de outras imagens – em particular a que é proposta pelo poeta Teixeira de Pascoaes, do grupo da «Renascença Portuguesa», para quem «o sangue e a terra são os pais de uma Nacionalidade; mas o poeta é o seu padrinho; é quem a baptiza e lhe dá alma.»¹ A tese de Pascoaes resume-se à constatação de que o espírito lusitano resulta de uma simbiose entre o homem e a paisagem, sendo aquele moldado pelas características desta: «a alma pátria é, portanto, caracterizada, pela fusão que se realizou, na nossa Raça, do princípio naturalista ou semita, e pelas qualidades morais da Paisagem que, em vez de contrariar a herança étnica, lhe dá mais vida e relevo.»² O resultado desse cruzamento de raças, com destaque para a fusão entre árias e semitas, tem o seu apogeu na criação da Saudade, cuja filosofia dará origem a uma nova Era na História,³ em oposição aos dois movimentos modernos: o dos «futuristas da bomba e da desordem» e o dos «integralistas do caruncho e das teias de aranha».⁴

Pascoaes postula a sua teoria a partir de uma oposição entre o país agrário e a civilização urbana, que é como diz, entre a província e Lisboa. Esta oposição de carácter social entre dois mundos no mesmo país, que passou para a literatura a partir do Romantismo, ainda hoje mantém alguma actualidade no discurso político português. No Portugal republicano, ela polariza-se no movimento da «Renascença Portuguesa», com homens como António Sérgio e Raul Proença, que pretendem um Portugal europeu baseado no progresso técnico, a eles se opondo o Integralismo Lusitano, com base na trindade Família-Região-Nação. Contrapondo à tendência «racionalista e anti-nacional» de «A Águia» a origem lusitana da «nação criadora de nações» que é Portugal, os integralistas defendem os princípios da Fé e do Império a partir de uma crença num país regionalizado numa variedade de territórios que tem a sua origem no municipalismo medieval, sendo a Nação que lhe dá uma unidade composta de «terra, mar e gente portuguesa».⁵

¹ Teixeira de Pascoaes, «Os poetas lusíadas» (1919), Assírio & Alvim, Lisboa, 1987, p. 44.

² Teixeira de Pascoaes, «A arte de ser português».

³ «T.de Pascoaes, «O Espírito Lusitano».

⁴ in «Os poetas lusíadas», p. 38.

⁵ Hipólito Raposo, «Dois nacionalismos, L'Action Française e o Integralismo Lusitano», Lisboa, 1929.

Ora, é esta ideia da nação, que surgira, em finais do século XIX, como idealização de um Portugal campestre e paradisíaco – em particular nos últimos romances de Eça de Queiroz – que vai ter em Fernando Pessoa uma radical contestação, decorrente da vinculação europeia da sua estética e, acima de tudo, do carácter assumidamente urbano do Modernismo. Querendo, com «Orpheu», «criar uma arte cosmopolita no tempo e no espaço», o projecto pessoano evolui para um Sensacionismo, que seria a forma portuguesa do Futurismo, e que representaria o apogeu do movimento de «reconstrução da literatura e da mentalidade nacionais» iniciado em 1915 com a publicação da revista «Orpheu»:

«Tudo isto representa – outro sentido não pode ter – uma instância da Hora da Raça, que, sentindo a necessidade de realizar Cosmópolis em si, se vira para o único núcleo de artistas que, além de darem ao seu instinto de Chefes a garantia primária de serem quase todos homens de génio, que tomaram de nascença nas mãos o pendão da Raça (há tanto tempo bolorejando no túmulo de Camões, de Garrett ou de outros bric-à-brac), representam, manifestamente, uma plêiade luzida que nas suas obras enfeixa, com o máximo utilizável do sentimento português, o máximo aproveitável nas actuais correntes europeias.»⁶

Deve-se a Pessoa o assumir da separação pós-romântica entre o artista e a sociedade. O individualismo, com que ele já caracterizara os colaboradores de «Orpheu», determina essa rejeição do sentimento colectivo:

«A indiferença para com a Pátria, para com a Religião, para com as chamadas virtudes cívicas e os apetrechos mentais do instinto gregário não são úteis, mas absolutamente deveres do Artista.»⁷

Curiosamente, estamos perante uma atitude esvaziada de catarse, a que a palavra *dever* acrescenta um toque profissional, ligado sem dúvida ao aspecto técnico que envolve, em Pessoa, a construção da sua obra – e sublinhe-se, de resto, que o heterónimo Álvaro de Campos, que está por trás desse projecto, é afinal engenheiro... Com Pessoa, a cultura portuguesa pode, assim, aperceber-se de que a Nação é, de

⁶ Fernando Pessoa, «Obras em prosa de Fernando Pessoa, Textos de intervenção social e cultural, A ficção dos heterónimos», Introduções, organização e notas de António Quadros, Livros de bolso, Europa-América, 1986, p. 76.

⁷ Texto dactilografado, provavelmente de 1916, in Fernando Pessoa, «Páginas íntimas e de auto-interpretação», Textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho, Edições Ática, s/d, p. 162.

facto, uma imagem construída, e que pode assumir os rostos que os seus construtores lhe querem dar.

Encontramos, aqui, o aspecto talvez menos compreendido ou, se se quiser, mais ambíguo do projecto nacional em Pessoa, que tem a sua realização máxima no livro «Mensagem» – mas que tem o início nos artigos sobre a «Nova poesia portuguesa», de 1912, em que o poeta anuncia a vinda próxima do «super-Camões», que nada tem de messiânico, sendo apenas o «poeta máximo» da nova poesia portuguesa. Decorre, daqui, a justificação desta característica nacional, que Pessoa identifica com a marca da diferença:

«Em primeiro lugar, escusamos de perscrutar a *nacionalidade* de uma poesia: se se prova a sua plena e equilibrada originalidade, fica, *ipso facto*, provado o seu carácter de absolutamente nacional. Porque se a poesia de uma nação é em certo período em absoluto original, donde lhe poderá vir essa originalidade, esse poder de ser diversa e outra do que todas as outras poesias, se não de ser a genuína e suprema interpretação do que esse país tem de essencialmente diverso e outro do que outros países – e isso é ser tal país e não outro, é a *raça*.»⁸

A caracterização dessa diferença, para Pessoa, virá, então, dos protagonistas da História, esses que personificam a Pátria, e que servem de tema aos poemas da «Mensagem»: os reis, os navegadores, e um único poeta, D.Dinis, o rei trovador. Neste sentido, Pessoa é um continuador do século XIX e, em particular, de Oliveira Martins; mas a diferença reside nos personagens a que Pessoa atribui relevo no seu poema e que são escolhidos em função de uma opção esotérica que dá à Ordem de Cristo um lugar destacado. Designadamente, no século XVI não têm lugar nem o rei D. Manuel, que expulsou os judeus, nem D. João III, que implantou a Inquisição; e não se refere a Camões, num gesto que é, sobretudo, significativo da rejeição de uma proposta de nacionalismo identificada com duas categorias, a Fé e o Império, que Pessoa rejeita: a Fé, em nome do seu neo-paganismo que o faz remontar às fontes gregas da cultura europeia; e o Império, em nome de uma visão projectiva para um futuro⁹ no qual Pessoa situa um Quinto

⁸ Fernando Pessoa, «A nova poesia portuguesa», Cadernos Culturais, Inquérito, Lisboa, s/d., p. 112.

⁹ «Uma nação em qualquer período é três coisas: 1) uma relação com o passado; 2) uma relação com o presente, nacional e estrangeiro; 3) uma direcção para o futuro.» in Fernando Pessoa, «Obra poética e em prosa», org. António Quadros, Porto, Lello & Irmão, 1986, vol. III, p. 595.

Império mais espiritual do que físico, o que justifica a referência a Bandarra e a António Vieira, que dele foram os profetas, na última parte do poema – em oposição ao império terreno que resulta das Descobertas exaltadas em «Os Lusíadas».

Integra-se aqui a explicação da frase tantas vezes citada, de que «a minha pátria é a língua portuguesa»¹⁰. Pessoa, educado em inglês na África do Sul, descobre a nacionalidade através da leitura dos clássicos; e é através da língua que lhe surge a diferença essencial do português em relação aos outros povos. A originalidade que a Nação afirma, assim, é a que resulta da afirmação literária – o «super-Camões» – o que coloca num plano secundário o sentido passadista e mítico que se encontra na exaltação patriótica; de onde a sua rejeição de doutrinas que vão buscar o seu fundamento a esses valores, como é o caso do Saudosismo, baseado na diferença da raça lusíada, ou do Integralismo Lusitano, que representa um desenvolvimento nacionalista dos princípios defendidos pelos saudosistas.

No mesmo sentido vai a proposta de uma definição nacional avançada por Almada-Negreiros nos seus textos da revista «Sudoeste» (1935). O tema cosmopolita fá-lo rejeitar a ideia de uma diferença rácica, indo buscá-la ao plano civilizacional:

«Não é pela repetição em número dos mesmos caracteres humanos que pode fazer-se resultar o conjunto para uma nacionalidade. Pelo contrário, uma nacionalidade necessita de abranger no seu conjunto único, a maior diversidade de caracteres humanos, respectivamente ao seu carácter comum e deduzido de entre todos; e sem o que não será possível nenhuma espécie de unidade colectiva, nacional ou política que contenha em si mesma a própria essência da vitalidade e da perpetuidade.»

Almada retoma, por outro lado, o tema ibérico, que vinha do século XIX, para defender a existência de uma «civilização ibérica» composta por duas entidades nacionais:

«A dualidade Portugal e Espanha é afinal o segredo da vitalidade da Península Ibérica e da sua civilização.

Portugal e Espanha são dois opostos e não dois rivais. Os opostos são complementos iguais de um todo. Este todo está representado geo-

¹⁰ «Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que me não incomodassem pessoalmente.» Texto de Bernardo Soares, in Fernando Pessoa, «Obra poética e em prosa», org. António Quadros, Porto, Lello & Irmão, 1986, vol. II, p. 573.

A Ideia Nacional no Período Modernista Português

graficamente pela Península Ibérica e em espírito pela civilização ibérica.

A primeira parte da missão da civilização ibérica já foi cumprida: o império colonial português e o império colonial espanhol, a América Latina, e o sangue português e espanhol espalhados pelo mundo inteiro..

A segunda parte da missão da civilização ibérica começa em nossos dias: criar a cultura do entendimento português e a do entendimento espanhol, não só para os actuais peninsulares como também para todos os originários da nossa civilização comum e dual.»¹¹

Se o conceito de nação, em Almada, tem uma característica mais restrita dado que envolve um elemento político – a diferença portuguesa em relação a Espanha – o modo de afirmar a nacionalidade, porém, vai ao encontro desse sentido espiritual que Pessoa ligara à missão que conduz ao Quinto Império. No entanto, Almada não partilha essa mística e, por isso, reduz esse sentido espiritual ao plano cultural de um «entendimento português». Nesta definição, o que é claro é a recusa do preconceito rácico que, de certo modo, afectava quer o saudosismo – ligado a uma «celticidade» mítica da nossa cultura – quer o Integralismo – que retoma a «lusitanidade» do Saudosismo de Pascoaes para afirmar uma superioridade portuguesa face à decadência cosmopolita.

Há em ambos, Pessoa e Almada, uma interpretação dinâmica da nação, como algo a construir, e em processo, ao encontro da formulação de Pessoa:

«O nacionalismo é um patriotismo activo. Pretende defender a pátria das influências que possam perverter a sua índole própria, venham essas influências de dentro, como certos regionalismos, venham de fora, como certos estrangeirismos ou internacionalismos. Há porém regionalismos que não só não são inofensivos mas proveitosos à nação; há também influências estrangeiras e internacionais que são úteis e aproveitáveis. O caso é que umas e outras sejam assimiladas, isto é, convertidas na substância da índole nacional.»¹²

De facto, os dois representantes máximos do Modernismo são testemunhas de um processo de desvio desse conceito de Nação numa direcção conservadora, primeiro, nos anos 20, e reaccionária depois, no

¹¹ Almada Negreiros, «Obras completas», Vol. V, Ensaios, Biblioteca de Autores Portugueses, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa, 1992, pp. 65-72.

¹² Manuscrito sem data publicado por Luísa Maria B. de M. de Brito Mendes, «Fernando Pessoa e a língua portuguesa», Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, vol. Apêndice, Lisboa, 1990.

sentido do autoritarismo das ideologias totalitárias – nazismo e fascismo – nos anos 30. Quer num quer noutra caso, tentam contrapor a esse rumo uma ideia moderna de Nação, que implica a perspectiva cosmopolita da abertura às influências estrangeiras, em Pessoa, e o diálogo intercultural, em Almada. A morte de Pessoa, em 1935, dá-se no instante em que o regime inicia o seu fechamento que se irá acentuar com a guerra de Espanha. Almada, que vive até 1970, assiste à definição da mitologia imperial do Estado Novo que culmina com a Exposição do Mundo Português em 1940, afirmando uma visão da História da conquista e colonização do Império. Pelo contrário, os contributos de Almada para a arte oficial dos anos 40 exprimem-se nos painéis das gares marítimas de Lisboa (Alcântara e Rocha do Conde de Óbidos): em ambas, o que temos é uma visão do povo na sua dimensão anónima e colectiva. Cenas e figuras da vida popular ali surgem caracterizadas, não havendo nada de épico nem tendo a presença de heróis que remetam para a protagonização patriótica dessa História.

O que Almada – na sequência de Pessoa – vem assim demonstrar é a possibilidade de criar uma arte de características nacionais, sem cair no patriotismo: algo que será desenvolvido por homens ligados a outras correntes estéticas, como o surrealista António Pedro, em «Apenas uma narrativa», estabelecendo a articulação do texto à paisagem do Minho. É, de resto, esta articulação entre a escrita e a paisagem – e não é por acaso que Pessoa/Álvaro de Campos diz que «só há duas coisas com interesse em Portugal, a paisagem e Orpheu» – que vai funcionar como um sinal da diferença portuguesa em relação a outras literaturas, em que este facto se confunde com regionalismo. Não existe, ou existe em reduzido grau, uma literatura regional em Portugal: mas houve grandes escritores neste século – Raul Brandão, Manuel Teixeira-Gomes, Miguel Torga, José Saramago – que olharam o país e procuraram, através desse olhar, as raízes de uma diferença nacional, que se encontram, como notou Almada, nos profundos contrastes entre cada região, entre a maneira de ser das populações, e na relação de amor-ódio entre o país e Lisboa, como nota Miguel Torga:

«Seja como for, a nação não morre de amores por Lisboa, e sabe-se que Lisboa lhe paga na mesma moeda. É uma mútua hostilidade latente que os anos não suavizam.(...) Apesar desse divórcio por incompatibilidade de feitios e de interesses, a província gosta de visitar Lisboa e Lisboa gosta de visitar a província.»¹³

¹³ Miguel Torga, «Portugal», 6ª ed., Coimbra, 1993, pp. 115-116.

Esta dualidade explica-se por um traço do carácter nacional que é a sua capacidade de adaptação e de assimilação. Isto virá dessa diversidade de paisagens e de maneiras de ser que se encontram num país geograficamente tão pequeno, mas em que coincidem características atlânticas e mediterrânicas, o litoral e o continente, a Europa e a África e a Ásia através das importações de raça, de cultura e de arquitectura feitas ao longo dos séculos, sem esquecer os contributos mouro e judeu. A heteronímia, que Pessoa irá consagrar como um dos aspectos mais originais da sua personalidade literária, tem as suas origens nesse aspecto da nossa cultura, que é a capacidade de viver dentro dessas contradições, nem sempre de modo positivo, dado que isso implica frequentemente a incapacidade de as superar, e uma passividade ou fatalismo que são os pecados maiores do temperamento português.

A nação surge, deste modo, como o antídoto necessário para exorcizar os fantasmas que se ligam à imagem trágica da Pátria, desde sempre associada a esse complexo de auto-flagelação que terá começado com a catástrofe de Alcácer-Quibir e a subsequente perda da independência. É, então, um dos grandes méritos da geração modernista o ter conseguido libertar-se desse complexo e apresentar uma reformulação do problema nacional, também no que se refere à questão ibérica, que é assumida de uma forma positiva, dado colocar Portugal e Espanha em equilíbrio no plano da cultura e da civilização; e é sem dúvida premonitório a importância dessa entidade múltipla que é a Península Ibérica, no contexto de uma Europa que, para Pessoa como para Almada, é o pólo com o qual a Península tem de jogar o seu futuro, para isso dispondo desse trunfo decisivo que é a sua cultura plural.

No caso português, a questão que se põe é a de saber se, de facto, essa cultura correspondia de facto à consciência de uma territorialidade, ligada ao Império que o Estado Novo procurou impor como realidade «actual». Eduardo Lourenço, em «O labirinto da saudade», reflecte de um modo exemplar as questões colocadas por essa realidade e pelo seu desabar, com a independência das colónias depois do 25 de Abril de 1974. Ora, o que ele verifica é que o fim do ciclo colonial se dá sem um drama colectivo, tudo se passando como se essa perda do Império – para além dos problemas circunstanciais ligados ao regresso dos brancos de África (os «retornados») – fosse um acidente de pormenor da revolução democrática. O problema, aqui, é que um drama histórico só existe se ele constitui problema para as elites intelectuais ou políticas de um país; e o facto é que a questão do Império se revelou, apenas, uma ficção, e das mais frágeis ficções, talvez, da História

portuguesa. O que sustenta um Império – a força militar, o poder económico, a exploração dos recursos – nada disso se reflectia na vivência portuguesa, a não ser em aspectos superficiais do quotidiano; e se não fosse a guerra colonial que, durante um breve – para o tempo da História -período de treze anos, veio afectar de forma eruptiva esse quotidiano, as colónias não teriam ganho a importância que vieram a ter para a definição do rumo político do país.

Tema «pós-moderno», no sentido em que surge apenas no momento da fractura da imagem imperial, com o início da guerra, a questão do Portugal colonial reflecte-se no ressuscitar do mito sebástico na poesia portuguesa das últimas décadas:

num Manuel Alegre, que retoma o esquema clássico das «vidas paralelas» em «Crónica de el-rei Sebastião»¹⁴, acrescenta a esse processo a colagem de citações literárias num jogo complexo que deixa ver o presente à transparência desses referentes histórico-culturais;

ou em João Miguel Fernandes Jorge, que procura a destruição do mito com a banalização da imagem régia no quotidiano de uma cidade apresentada sob o seu aspecto marginal e sombrio¹⁵.

No entanto, esta actualização do mito sebástico tem antecedentes na «mensagem» de Pessoa, e na sua utilização da História como material do poema, naquilo que é, já, uma superação do momento vanguardista do «Orpheu». Se a tónica na oposição entre um passado de grandeza e um presente medíocre e apagado tem implícita uma crítica à ideia do Império actual, Pessoa não deixa, nesse livro, de realizar o programa vanguardista nos dois aspectos que Dionísio Vila Maior descreve como «a vontade de **destruir a tradição**, os símbolos e as imagens da memória cultural (o que implica uma profunda revisão da literatura nacional), por outro lado, o desejo de transpor o passado, de saltar o presente e **actualizar o futuro** (constituindo o Futuro, por isso, única

¹⁴ «O dia pois da infelicíssima batalha/quando se ouviu *aquela* voz: ter ter/ e o teu jeep explodiu contra um rochedo/ aquele dia de não mais esquecer/ quando os tiros soaram em Quipedro/ e ficámos cercados de metralha/ aquele dia de morrer morrer/ em que vi o teu corpo sem mortalha/ no plaino abandonado trespassado/ por malhas do Império lado a lado.» («Atlântico», 1981) in «30 Anos de Poesia», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995.

¹⁵ «Está o bravo Sebastião/ na fronteira africana. Está/ no café do 1º andar, na avenida/ junto à estátua de Zarco. No/ escuro movia a língua/ era grande a velocidade/ como se fôra uma cobra.(...)» (in «A jornada de Cristóvão de Távora, terceira e última parte», Editorial Presença, Lisboa, 1990.

dimensão válida do tempo)».¹⁶ O verso do poema «O Infante» da «Mensagem»,

«Senhor, falta cumprir-se Portugal»,

é a transposição dessa imagem disfórica do presente que exige uma atitude activa num processo de transformação que só no Futuro terá a sua realização ideal – e, por isso mesmo, utópica. Pessoa, no entanto, não se fica pelas boas intenções estéticas; e o apelo messiânico que conclui a «Mensagem», ao dizer

«É a hora!»

corresponde à vertente apelativa de uma tradição romântica que, como reminiscência, se recupera nesse livro de 1935. A presença desse traço já pós-modernista (e, de resto, contemporâneo do movimento da «presença» que Eduardo Lourenço caracteriza interrogativamente como a «contra-revolução do Modernismo português») significa que Pessoa pretende assumir uma função interveniente do Artista, no quadro de um diálogo com a História; mas essa função leva-o mais longe, dado que ele se assume como um criador dos parâmetros que irão determinar não tanto o pensamento como o olhar da sua época sobre o passado.

Pessoa vem, então, lembrar o papel determinante da Poesia na constituição de um elo entre passado e futuro, não permitindo quer uma visão regressiva da História – ao encontro do fatalismo saudosista e do estaticismo integralista – quer um radicalismo centrado na pura utopia de um futuro nunca possível no presente. Para isso, é fundamental a existência de uma língua – condição necessária dessa Poesia; e aquilo que, em última análise, acabará por explicar a persistência da nação e a unidade que ela conseguiu afirmar através dos séculos, é a constatação, subentendida da frase pessoana que refere a língua portuguesa como a sua pátria, da capacidade que essa língua teve de se impor como o território espiritual, e talvez o único, em que todos se reconhecem, funcionando como o denominador comum da identidade pátria.

¹⁶ Dionísio Vila Maior, «Introdução ao Modernismo», Almedina, Coimbra, 1994, p. 128.